

Antropoceno: a construção discursiva de um conceito

Maria Clara Catanho Cavalcanti*

Resumo: Antropoceno é, para alguns cientistas, a época geológica na qual a Terra se encontra atualmente. Neste artigo, nosso objetivo é demonstrar como se dá a construção discursiva da noção de Antropoceno a partir de recursos linguístico-discursivos utilizados para legitimar tal conceito em um artigo de opinião. Para tanto, fundamentamo-nos nos estudos críticos do discurso de Norman Fairclough ([1992] 2008), Chouliaraki e Fairclough (1999). Como resultado, compreendemos que a necessidade de conceituar a crise ambiental e defender a ideia de que já estamos vivendo um novo tempo geológico apresenta-se como discurso contra-hegemônico à ideologia capitalista de mercado.

Palavras-chave: Antropoceno. Construção discursiva. Meioambiente. Legitimação.

Abstract: Anthropocene is, for some scientists, the Earth's current geological age. In this article, our aim is to demonstrate how the discursive construction of the notion of Anthropocene occurs from linguistic-discursive resources used to legitimize such a concept in an op-ed article. Therefore, the critical discourse studies of Norman Fairclough ([1992] 2008), Chouliaraki and Fairclough (1999) Fairclough. As a result, we understand that the need to conceptualize the environmental crisis and defend the idea that we are already experiencing a new geological time presents itself as a counter-hegemonic discourse to the capitalist market ideology.

Keywords: Anthropocene. Discursive construction. Environment. Legitimation.

Resumen: El antropoceno es, para algunos científicos, el tiempo geológico en que se encuentra actualmente la Tierra. En este artículo, nuestro objetivo es demostrar cómo la construcción discursiva de la noción de Antropoceno se produce a partir de recursos lingüísticos discursivos utilizados para legitimar dicho concepto en un artículo de opinión. Para esto, nos basamos en los estudios críticos del discurso de Norman Fairclough ([1992] 2008), Chouliaraki y Fairclough (1999). Como resultado, entendemos que la necesidad de conceptualizar la crisis ambiental y defender la idea de que ya estamos experimentando un nuevo tiempo geológico se presenta como un discurso contrahegemónico a la ideología del mercado capitalista.

Palabras clave: Antropoceno. Construcción discursiva. Medio ambiente. Legitimación.

* Professora do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Câmpus Recife e professora colaboradora do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). <http://orcid.org/0000-0001-9437-9565> / E-mail: claracatanho@gmail.com



Introdução

No momento em que esse artigo foi escrito, o planeta Terra vivia na era Cenozóica, no período Quaternário e na época do Holoceno (INTERNATIONAL COMMISSION ON STRATIGRAPHY, 2020). Será? A comunidade científica, desde o início dos anos 2000, discute a possibilidade de estarmos vivendo uma nova época geológica: o Antropoceno, palavra grega composta por dois radicais: antropo (*ánthropos*), *homem* e ceno (*kóinos*) *novo*. Esse termo foi popularizado pelo cientista atmosférico holandês, Paul Crutzen, ganhador do Nobel de Química de 1995. Conforme Crutzen (2002), o Antropoceno teve início na última parte do século XVIII, momento em que análises de ar preso no gelo polar evidenciaram o paulatino aumento de concentrações de dióxido de carbono e metano.

Esse posicionamento, no entanto, ainda está em debate. A decisão final sobre a oficialização da era antropocênica caberá à Comissão Internacional de Estratigrafia e à União Internacional de Ciências Geológicas. Nem mesmo a nomenclatura Antropoceno é unânime, abrindo debate para outros termos, tais como: Capitaloceno, Industrialoceno, Termoceno, entre outros “cenos”. Numa visão holística do assunto, o que se percebe é uma demanda urgente de alertar a humanidade para as mudanças climáticas registradas nas últimas décadas. A poluição dos mares e rios por microplásticos, a contaminação do solo pelo uso de diferentes substâncias químicas na agricultura, a derrubada de florestas e matas, o aumento na dispersão de gás carbônico, entre outros elementos, podem ser destacados como ações antrópicas que têm causado a mudança climática no planeta Terra. Apesar dessas evidências, são necessárias constatações de nível geológico para oficializar a nova idade da Terra.

Essa definição de época geológica pode parecer assunto restrito às ciências da natureza, mas envolve muito mais do que análises de rochas. Conforme Barcelos (2019), o destaque para processos antrópicos é apenas uma forma de explicar ou tentar marcar temporalmente as discontinuidades ambientais. Para o autor, à versão antropocênica – que se pauta em características mais materiais, como aumento da concentração de gases

e acidificação dos oceanos – sobrepõe-se a versão capitalocênica, a qual explica a crise ecológica com base em aspectos sociais e históricos. Nesse sentido, a centralidade passa do *anthropos* para o capital, destacando que a crise ambiental não foi causada por toda a humanidade, mas por uma pequena parcela que detém o capital e se move para multiplicá-lo e concentrá-lo em poucas mãos (BARCELOS, 2019). Esta pesquisa, no entanto, uma vez que se propõe a realizar uma análise linguístico-discursiva de um artigo de opinião cuja temática é a nomeação do período geológico atual como Antropoceno, não se deterá no desenvolvimento do conceito de capitaloceno. Tal debate, de cunho político-econômico, será apresentado ao longo do artigo, mas não será central neste.

Sendo assim, destaca-se que é o modo de viver, de produzir, de se comunicar, de se locomover e de consumir da humanidade que está em jogo quando se discute uma época geológica cujo nome – Antropoceno – apresenta a humanidade no cerne de mudanças tão profundas que alteraram, até mesmo, as rochas do planeta Terra. Nomear é dar existência, por isso, antes mesmo de a Comissão Internacional sobre Estratigrafia e a Comissão Nacional de Ciências Geológicas darem seu veredito sobre o Antropoceno, tal conceito já tem existência discursiva a partir de interações sócio-discursivamente organizadas em gêneros textuais diversos, como artigos, reportagens, palestras, reuniões, entre outros.

Marcuschi (2007, p. 126) questionou: “Mas o que é a verdade? É um tanto simplista dizer que a verdade é uma relação entre o mundo e o que dizemos sobre ele. O problema está muito mais na natureza do dito e na natureza do acesso ao mundo que na natureza da coisa em si mesma”. Então, o que se configura neste artigo é a discussão sobre a *natureza do dito*, ou seja, sobre os fatores ideológicos que fundamentam a necessidade de nomear a idade atual da Terra com a palavra *Antropoceno*. É nosso objetivo demonstrar como se dá a construção discursiva da noção de Antropoceno a partir de recursos linguístico-discursivos utilizados para legitimar esse conceito em um artigo de opinião.

Este artigo apresenta o resultado de um projeto de pesquisa de dois anos, de 2017 a 2019, com três planos de trabalho cadastrados no Programa de Iniciação Científica do

Instituto Federal de Pernambuco, *Campus Recife*. Três estudantes¹ do ensino médio dividiram-se para analisar um *corpus* que se organizou da seguinte maneira: em agosto de 2017², buscamos pelo termo *Antropoceno* no site de pesquisa *Google*; verificamos os cem primeiros sites listados pela ferramenta e os organizamos em três grandes grupos – sites de divulgação científica, sites informativos e sites escolares – os que não se encaixavam nesses grupos, foram descartados. Com isso, compilamos seis sites de divulgação científica, doze informativos e oito escolares. O que chamamos aqui de site de divulgação científica são páginas não acadêmicas, mas especializadas em jornalismo científico. Os sites informativos, por outro lado, englobam informações gerais, tratando de saúde, moda, política, educação, economia, entre outros assuntos. Já os sites escolares, têm o propósito principal de transmitir dados e informações sobre temas diversos, visto que são direcionados ao processo educacional e formativo. Nos três tipos de sites, encontramos gêneros textuais tais como reportagens, artigos de opinião e textos didáticos, mas a análise apresentada neste trabalho tomou como base apenas um artigo de opinião em um site de divulgação científica. Selecionamos essa amostra porque pretendemos destacar a construção do conceito em uma revista de jornalismo ambiental, cujo fundamento essencial é o discurso científico.

Tendo em vista o objetivo de analisar a construção discursiva do conceito de Antropoceno, encontramos, na Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), subsídios teórico-metodológicos adequados à abordagem que empregamos na investigação do texto selecionado. Sendo assim, adotamos a perspectiva de Norman Fairclough (2008), Chouliaraki e Fairclough (1999), Fairclough, Mulderrig e Wodak (2011), Ramalho e Resende (2006; 2011), autores que defendem uma noção de discurso que envolve desde aspectos textuais até aspectos sociais, como relações de poder, ideologia e lutas hegemônicas. Para eles, o discurso reproduz a sociedade ao mesmo tempo que a transforma, o que é de extrema relevância para esta pesquisa, a qual destaca a

¹Agradeço às estudantes A, B e C, que desenvolveram planos de trabalho que compõem a pesquisa. Sem seu trabalho de investigação e análise de textos, teria sido impossível traçar as reflexões aqui propostas.

²Como o levantamento do *corpus* aconteceu no primeiro semestre de 2017, a maioria dos textos que o compõe são de anos anteriores, principalmente 2016 e 2015.

importância da construção discursiva de um conceito e reflete sobre sua relação com o modo de organização de grande parte da sociedade.

Este estudo inicia-se pelas seções *Análise Crítica do Discurso: princípios norteadores*, na qual descrevemos os fundamentos teóricos da ACD; e *Discurso como momento da prática: uma proposta teórico-metodológica*, em que apresentamos o quadro analítico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999). Em seguida, iniciamos a análise do artigo de opinião *Antropoceno: uma nova era*, a qual foi organizada nas seguintes subseções: *Um problema*, *Obstáculos a serem superados*, *Análise da conjuntura*, *Análise da prática da qual o discurso é um momento* e *Análise do evento discursivo*. Esta última foi dividida em três partes: a) *Construção do cenário de crise ecológica*, b) *Definição de Antropoceno* e c) *Consolidação do conceito de Antropoceno*, segundo a organização do artigo de opinião – objeto de análise deste trabalho. Por fim, realizamos a reflexão sobre a análise nas considerações finais.

1 Análise Crítica do Discurso: princípios norteadores

A perspectiva de Análise Crítica do Discurso que fundamenta este artigo é a abordagem desenvolvida pelo britânico Norman Fairclough, cujo objetivo é “reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem” (2008, p. 89). A partir dessa citação, já se percebe uma das bases do pensamento faircloughiano: a relação dialética entre sociedade e discurso. Isso significa que o discurso se constitui socialmente e, ao mesmo tempo, constrói, estrutura e organiza a sociedade.

Discurso é entendido, pois, como uma forma de prática social. Fairclough (2008, p. 89) afirma que, ao usar o termo discurso, propõe “considerar o uso de linguagem como forma de prática social”. A interação pela linguagem se dá via discurso, em eventos discursivos. Nesse sentido, texto é entendido como a materialidade discursiva de tais eventos. É por meio da análise dessa “materialidade” que podemos refletir sobre as relações de poder e as ideologias que todo discurso sustém.

Fairclough (2008) estrutura seu pensamento sobre a linguagem em três dimensões: texto, discurso e prática social. Todo uso de linguagem é um evento discursivo materializado em texto e é também um momento de prática social. Para que essa relação fique mais clara, podemos pensar na situação hipotética em que uma manchete de jornal seja composta pela expressão *invadir* para atribuir ação a trabalhadores sem-terra, algo como: *Sem-terra invadem terreno desocupado no sertão pernambucano*. A escolha lexical do verbo *invadir* é verificada na dimensão textual e, ao mesmo tempo, permite-nos a percepção de uma ideologia que qualifica os sem-terra como invasores, mesmo o terreno estando desocupado. Nesse sentido, compreende-se, pela análise do discurso realizado na manchete de jornal, uma relação desigual entre donos de terras desocupadas, grupo mais poderoso, e trabalhadores sem-terra, grupo mais vulnerável.

Esse raciocínio é a base do quadro dimensional proposto por Fairclough (2008), que se organiza nas três dimensões exemplificadas anteriormente: prática textual, prática discursiva e prática social. Na primeira dimensão, investigam-se aspectos como escolha lexical, organização sintática, coesão e estrutura social. Na segunda, observam-se a produção, a circulação e o consumo dos discursos, além de contexto, força, coerência e intertextualidade. Por fim, na terceira, analisam-se ideologia e hegemonia.

Um das mais importantes especificidades da ACD é sua proposta de estudo linguístico, a qual, além de se ocupar de aspectos linguístico-discursivos, dedica-se a analisar relações desiguais de poder, manutenções de privilégios e possibilidades de mudanças sociais. Nesse sentido, procura desvelar possíveis relações de dominação ideológica naturalizadas pelo discurso.

Poder e ideologia, portanto, são conceitos centrais para a Análise Crítica do Discurso. Os pesquisadores interessam-se por compreender como o exercício do poder se dá via linguagem, e de que forma o discurso pode promover dominações sociais ou movimentos de resistência a tal dominação. Para Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 44), “o poder está a todo o momento sendo disputado, reafirmado e perseguido, seja por aqueles que o detêm, seja por aqueles explorados em razão de sua condição social”. Quando são feitas alianças para fortalecer e estruturar o poder, são formadas as hegemonias. Fairclough (2008, p. 122) afirma que “hegemonia é o poder sobre a

sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamental em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um equilíbrio instável.”

A noção de “equilíbrio instável”, no pensamento faircloughiano, é fundamental, pois se relaciona com a ideia de poder instável. Entendendo os falantes como agentes e não como sujeitos passivos à total dominação e replicação de estruturas sociais, Fairclough (2008) defende a ideia de mudança social baseado na possibilidade de problematização de convenções. Tal compreensão só é possível mediante a instabilidade do poder e das hegemonias.

Por fim, destacamos que não há hegemonias sem ideologias que as sustentem. Para Fairclough (2008, p. 117):

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Essa visão é influenciada pelos estudos de Karl Max e de Thompson. Por consequência, Fairclough entende ideologia como uma força de controle utilizada pelos mais poderosos para dominar os que possuem menos poder. Então, Fairclough (2008) chama a atenção para ideologias dominantes, que se naturalizam na sociedade e são entendidas como senso comum. Sua ideia é desenvolver uma análise crítica dos eventos discursivos para que seja possível a problematização de naturalizações ideológicas, o que poderia possibilitar mudanças sociais.

Fairclough, Mulderrig e Wodak (2011, p. 371) ilustram como o discurso cumpre um trabalho ideológico. Eles afirmam que “as ideologias são formas particulares de representar e construir a sociedade, que reproduzem relações desiguais de poder, relações de dominação e exploração”. Nas próximas seções, mostraremos como o artigo em análise é construído de modo a refutar a ideologia dominante de que ainda estaríamos na época do Holoceno. Todo o processo argumentativo se estabelece na busca pela legitimação do conceito de Antropoceno, o que implica questionar a ideologia

que fundamenta as ações dos denominados céticos³ do clima, dos grandes empresários, e de toda a base econômica de mercado.

2 Discurso como momento da prática: uma proposta teórico-metodológica

Em 1999, na obra *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*, Chouliaraki e Fairclough, como aponta o título do livro (Discurso na Modernidade Tardia: repensando a Análise Crítica do Discurso), apresentaram algumas mudanças no quadro teórico e analítico com relação à obra de 1992, quando Fairclough apresentou o quadro tridimensional que apresentamos na seção anterior. A principal alteração é o fortalecimento da análise da prática social, apresentando o discurso como parte desta.

Nessa revisão teórica, houve certa preocupação em enfatizar a relação dialética entre discurso e sociedade, evidenciando que todo evento discursivo se insere em estruturas sociais; no entanto, eventos também constituem tais estruturas. De um lado, as estruturas sociais são mais rígidas e fixas; do outro, os eventos são a linguagem em uso, de certa forma mais individualizados e, portanto, mais flexíveis. Mas, entendendo que linguagem como interação nem é somente resultado de estrutura social nem tão pouco uma produção individualizada, a prática social aparece na interface entre estrutura e evento. A prática social é entendida, então, como entidade intermediária, como “ponto de conexão entre estruturas abstratas e eventos concretos” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

Essa entidade intermediária abriga a ideia de discurso como apenas um dos momentos que a compõem. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 38) partem da ideia de que “toda prática articula diversos elementos da vida e, portanto, diversos mecanismos.

³Céticos do clima acreditam que “a mudança climática causada pelo homem é, na melhor das hipóteses, incerta, e devemos resistir a políticas governamentais corretivas equivocadas que minam nossas economias e modo de vida” (SMART, 2016, p. 165).

Discurso é um desses elementos, com seu próprio mecanismo”. Os demais momentos da prática são atividade material, relações sociais e fenômenos mentais.

Ao imaginarmos uma ação social comum, como a realização de uma aula, essa ação incluiria recursos materiais, como uma sala, cadeiras, quadro, projetor, entre outros. Relações sociais ocorreriam entre professor e aluno; ou somente entre os alunos. Cada pessoa envolvida nessa ação traria fenômenos mentais, como crenças, valores, ideologias. Além disso, existe a linguagem falada ou escrita, visual ou gestual, entre outras semioses. Cada aspecto ilustrado no exemplo iria compor a ação da aula de forma integrada e concomitante.

Após caracterizar o discurso como um momento da prática, Chouliaraki e Fairclough (1999) mostram que cada um desses momentos, em particular, é composto por recursos determinados. Integram o discurso, por exemplo, três elementos: gênero, estilo e discurso (em uma acepção concreta). Todas as vezes que a linguagem é usada, realiza-se uma ação social. Nesse uso, a linguagem assume uma forma pré-determinada socialmente, reconhecida e compartilhada entre as pessoas, como uma notícia, uma entrevista, uma aula, uma missa, etc., ou seja, um gênero. Ao mesmo tempo, essa ação linguística é um discurso concreto, uma forma particular de representar o mundo, os pensamentos, os sentimentos e as emoções. Por fim, esse uso de linguagem também contribui para a construção de identidades e para a construção do sujeito pela linguagem, o que compõe a noção de estilo.

A partir dessa reestruturação de conceitos, Chouliaraki e Fairclough (1999) elaboraram um quadro analítico em que propõem a análise de discurso como um momento da prática, na acepção que explicamos anteriormente. Para tanto, eles propuseram partir sempre de um problema social vigente na modernidade atual. Nesse sentido, questões ambientais parecem-nos bastante relevantes, pois entendemos que preocupações com meio ambiente constituem os sujeitos deste século. Sendo assim, pretendemos adotar parcialmente a proposta a seguir como método de análise:

1. Um problema (atividade, reflexividade)
2. Obstáculos para serem superados (Análise da conjuntura; Análise da prática particular; Análise de discurso)
3. Função do problema na prática
4. Possíveis maneiras de superar os obstáculos
5. Reflexão sobre a análise

(CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60)

Na análise, identificaremos *Um problema* e os *Obstáculos a serem superados*. Na categoria *Obstáculos a serem superados*, analisaremos a conjuntura, apresentando o contexto de produção do artigo *Antropoceno: uma nova era*. Verificamos sua relação com demais momentos da prática, especialmente com o fenômeno mental, especificamente os aspectos ideológicos. Finalizaremos essa parte com a análise de discurso, que será dividida em três partes, organizadas conforme a própria sequência do artigo. Em cada uma, destacaremos recursos linguísticos, que contribuem para a construção discursiva do conceito de Antropoceno. As categorias *Possíveis maneiras de superar os obstáculos* e *Reflexão sobre a análise*, serão integradas às considerações finais deste artigo. Não abordamos a função do problema, na prática, separadamente em uma seção, mas discussões acerca dessa categoria estarão diluídas nas demais categorias de análise.

3 A construção discursiva de Antropoceno no artigo de opinião *Antropoceno: uma nova era*

Apresentaremos, nessa seção, a análise de uma parte do nosso *corpus*, como afirmamos na introdução deste trabalho. De um universo de vinte textos, iremos expor a análise de um artigo de opinião coletado em um site de divulgação científica: *Antropoceno: uma nova era*, de Liszt Vieira, publicado originalmente no site Revista Eco 21, em 2016.

O ponto de partida do enquadramento teórico-metodológico de Chouliaraki e Fairclough (1999) é a ideia de que a vida social é composta por práticas. Tais práticas são habituais no modo de vida da sociedade, são institucionalizadas e historicamente situadas. Então, com base na análise de práticas particulares, ou seja, do artigo de Vieira (2016), refletimos sobre a conjuntura na qual o texto foi publicado, além de discutir sobre as possíveis ideologias e relações de poder que as escolhas linguístico-discursivas materializam.

3.1 Um problema

O ponto de partida de qualquer reflexão em Análise do Discurso é a percepção de um problema social. E, o que aqui se estabelece, é a necessidade de emprestar valor de verdade à noção de Antropoceno. Essa urgência não é mera nomenclatura, mas está situada em meio a discussões sobre possibilidades de frear a degradação ambiental. A construção de um novo conceito e a determinação científica de que o homem alterou profundamente a composição do planeta legitimam a luta dos ambientalistas, que tentam fechar acordos e agendas de redução de poluição.

A tensão que se observa e que se apresenta como problema é verificada entre: 1. a manutenção de um *modus operandi* da sociedade capitalista, que se consolidou no período do Holoceno; 2. a possibilidade de mudança nas ações de produção e consumo que uma declaração oficial de que estamos em uma nova época geológica pode estimular. Assim sendo, alguns problemas são declarados de maneira ampla, mas é fundamental que percebamos como são apresentados formalmente à sociedade por meio de discursos. “Embora esses problemas sejam declarados de uma maneira geral, eles podem ser abordados com referência a aspectos detalhados do discurso” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60).

3.2 Obstáculos a serem superados

O principal obstáculo encontrado quando verificamos a construção discursiva de Antropoceno não é exatamente a resistência em aceitar a nova época geológica. Resiste-se, na verdade, à mudança na relação com o planeta. Essa postura negacionista possui diversas faces: o terraplanismo, o ceticismo climático, ou a minimização da pandemia da COVID-19. É nesse sentido que os autores que escrevem sobre Antropoceno argumentam. Eles procuram apresentar provas científicas da profunda alteração humana na Terra, mas o principal obstáculo é convencer os interlocutores,

principalmente o setor industrial e governamental, de que nosso modo de produção e consumo poderá nos levar à extinção da espécie. É esse o grande obstáculo a ser superado.

3. 2. 1 Análise da conjuntura

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p.22), a conjuntura é formada por estruturas, práticas e eventos sociais, e é definida como “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22). Assim sendo, analisar a conjuntura nos permite observar uma rede de práticas interligadas e articuladas, em que o artigo aqui investigado se situa.

O artigo *Antropoceno: uma nova era*, de Liszt Vieira, foi publicado em novembro de 2016, na revista *Eco-21*⁴, especializada em jornalismo ambiental. Em 2015, havia ocorrido a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – ou COP 21 – quando fora negociado o Acordo de Paris (ONU, 2015). Esse tratado é um marco no desenvolvimento sustentável da economia, pois determina a formação de um novo regime climático internacional (CORAZZA; SOUZA, 2017). Em 2017, porém, por determinação do então presidente norte americano, Donald Trump, os Estados Unidos deixaram o acordo. Essa política cética já se fortalecia naquele país em 2016. Nesse mesmo período, a Comissão Internacional de Estratigrafia (ICS) criou um grupo de trabalho denominado WorkingGroupontheAnthropocene (WGA) para avaliar a possibilidade do nascimento de uma nova época geológica. Em agosto de 2016, ou seja, meses antes da publicação do artigo que compõe nosso objeto de análise, na África do Sul, durante o Congresso Internacional de Geologia, dos 35 cientistas do WGA, trinta votaram a favor, três votaram contra e dois se abstiveram (TORRES, 2017).

Tendo descrito a conjuntura mais restrita de produção do artigo, é importante refletir sobre o conceito de Modernidade Tardia ou Alta Modernidade, pois se configura como o contexto amplo que abriga as práticas nas quais o evento discursivo em foco está

⁴ O artigo completo está disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563388-antropoceno-uma-nova-era>. Acesso em 12 dez. 2020.

inserido. Esse é um conceito fundamental na teoria de Chouliaraki e Fairclough (1999), cuja base é o trabalho do sociólogo inglês Anthony Giddens. Enquanto boa parte dos sociólogos faz referência às grandes mudanças do nosso tempo como pós-modernidade, Giddens (1991; 2002) o compreende como a radicalização da própria Modernidade. O autor defende que, ao invés de estarmos no limiar de uma nova era, que está para além dos limites da Modernidade – perspectiva pós-moderna –, vivemos um período em que as consequências da Modernidade estão se tornando mais radicais e universalizadas.

Na análise de Cavalcanti (2013, p. 58),

Percebe-se, na Alta Modernidade, uma tendência à internalização das bases ecológicas aos princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais. Esse é um processo reflexivo na medida em que se vincula ao conhecimento das relações sociedade-natureza, ou seja, se associa a novos valores e princípios epistemológicos que orientam a elaboração de uma racionalidade produtiva sobre as bases da sustentabilidade.

Sabemos que a gestão democrática de recursos e a racionalidade produtiva, que estão na base do conceito de sustentabilidade, ainda são objetivos a serem conquistados. Infelizmente, apesar dos acordos internacionais assinados e de todo o processo reflexivo, o qual, como afirma Giddens (1991; 2002), é característico da atual modernidade, nosso modo de produção é excludente, poluidor e antidemocrático. As previsões de futuro para o meio ambiente são de colapso e, certamente, as comunidades mais vulneráveis sofrerão com maior intensidade.

3.2.2 Análise da prática da qual o discurso é um momento

Nessa categoria, conforme a metodologia proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999), devemos observar como o discurso em análise se relaciona com os outros três momentos da prática: relações sociais, atividade material e fenômeno mental. O artigo *Antropoceno: uma nova era* foi publicado em 2016, em um site especializado em jornalismo ambiental: a revista ECO 21.

A ECO 21 existe desde o ano de 1990 e é uma publicação independente, que divulga ensaios, entrevistas e artigos de opinião. A revista apresenta, normalmente, uma

cobertura ampla das Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e de Fóruns nacionais e internacionais com a temática semelhante. Liszt Vieira, autor do artigo que é foco da nossa análise, é doutor em sociologia e professor da PUC-Rio. Desde os anos 1980, dedica-se à ecologia política e atuou como Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, em 2002.

Compreender o contexto de produção e circulação no qual o artigo em análise está inserido é fundamental para entender as relações sociais que se estabelecem a partir de algumas atividades materiais. Assim, verificamos que o site no qual o artigo em análise foi publicado é uma forma de comunicação especializada em jornalismo ambiental, que se fundamenta no discurso científico, mas que não está inserido no domínio acadêmico. O artigo é, portanto, direcionado a um público interessado em meio ambiente, mas não especializado no assunto.

O autor, Liszt Vieira, cumpre o papel de explicar o conceito de Antropoceno e defender sua legitimação, o que é coerente com a formação e, podemos até mesmo dizer, com a militância dele. Utiliza um registro linguístico coerente com o potencial público leitor na medida em que não utiliza termos essencialmente técnicos ou acadêmicos.

Além das relações sociais e da atividade material, o fenômeno mental é o terceiro momento com o qual o discurso se relaciona, o que nos permite compreender que aspectos ideológicos devem ser observados de modo mais amplo nessa categoria de análise. É fundamental compreender que, para essa abordagem crítica, a ideologia está necessariamente ligada a grupos dominadores, hegemônicos, e que o fenômeno mental fomenta esses grupos. Sendo assim, estabelece e sustenta relações de dominação.

Explicar e defender o Antropoceno como uma nova época geológica implica em um movimento de agência e reflexividade (GIDDENS, 1991; 2002) e na tentativa de reorganizar práticas particulares e refutar uma ideologia dominante, que sustém a hegemonia dos que defendem a permanência do Holoceno. Não há uma tensão entre épocas geológicas, como num jogo em que algum dos lados sai vencedor. A ideia supera os aspectos físico-geográficos. A discussão é mais ampla: baseia-se nas possíveis mudanças que uma declaração de profunda alteração geológica, causada pela humanidade, pode provocar na forma de gerar lucro na lógica do capitalismo atual.

O artigo de Vieira (2016) – *Antropoceno: uma nova era* – inicia-se com dados sobre concentração de gases que provocam efeito estufa, aumento da temperatura global, migração e extinção de espécies. Apresenta argumentos de autoridade, como publicações acadêmicas e relatórios de encontros ambientais, de modo a emprestar veracidade científica ao que defende. No exemplo 1, verificamos a citação de um artigo da revista *Nature*, vejamos:

Exemplo 1 – Argumento de autoridade

Em Setembro de 2009, um artigo da revista *Nature* (*A safe operating space for humanity – Rockström et alii*) afirma que [...] um novo período, o Antropoceno, vem emergindo desde a Revolução Industrial, e seu traço característico é a centralidade das ações humanas sobre as mudanças ambientais globais.

Fonte: Vieira (2016)

Apesar desse e outros dados, a oficialização do Antropoceno ainda não aconteceu. Como forças ideológicas hegemônicas, são apresentados os *céticos do clima* e a própria definição de Holoceno como uma longa era de estabilidade. Vejamos o exemplo 2.

Exemplo 2 – Forças Ideológicas Hegemônicas

| | |
|--|--|
| <p>Desde a Conferência RIO-92, porém, a ação dos “céticos do clima”, muitos deles ligados ao poderoso lobby da indústria do petróleo, conseguiu barrar os avanços que seriam necessários para evitar a situação alarmante em que nos encontramos hoje.</p> | <p>A longa era de estabilidade – conhecida como Holoceno – em que a Terra foi capaz de absorver, de maneira mais ou menos suave, perturbações internas e externas.</p> |
|--|--|

Fonte: Vieira (2016)

Ao longo do artigo em análise, são apresentados argumentos que pretendem desconstruir os elementos ideológicos hegemônicos, como os apresentados no exemplo 2. A ideologia localiza-se tanto no âmbito macro, sob as ordens do discurso às quais está subordinada, sendo também materializada nos eventos discursivos através da ordenação das partes do texto, das escolhas léxicas, da organização sintática, das relações lógico-semânticas, entre outros recursos que passamos a apresentar no tópico seguinte.

3.2.3 Análise do evento discursivo

Entendemos discurso como um momento da prática social que se articula com os demais momentos. O evento discursivo tomado aqui como objeto de análise é moldado por práticas e estruturas sociais, ao mesmo tempo em que as influencia. Essa relação dialógica, assim como as relações de poder e a ideologia, deixam marcas linguísticas, as quais serão foco desta análise. A análise do evento discursivo está ligada à dimensão textual, se levarmos em conta o quadro tridimensional proposto por Fairclough (2008). Por isso, lançaremos mão de outras teorias, que dialogam com a ACD e que irão embasar nossas reflexões sobre seleção lexical, organização sintática, processos de referenciação e estratégias argumentativas.

O objeto de análise deste trabalho é um artigo de opinião, o qual é um texto que, como todo gênero, possui relativa estabilidade (BAKHTIN, 2006), o que proporciona certa tipificação (BAZERMAN, 2006) ao gênero, permitindo que ele seja reconhecido psicossocialmente e replicado. Exerce a função social de expor a opinião de um articulista, que tem conhecimento específico para tratar do assunto abordado. Um artigo de opinião tem estruturação retórica baseada na construção de um ponto de vista, que é defendido através da análise e da avaliação, baseadas em argumentos.

O artigo aqui analisado é uma amostra discursiva, a qual é sócio-historicamente situada num momento em que a União Internacional de Ciências Geológicas e a Comissão Internacional sobre Estratigrafia ainda não oficializaram a mudança de época geológica. Para mostrar como o conceito de Antropoceno é construído discursivamente, nesse contexto, dividimos a análise em três tópicos: a) Construção do cenário de crise ecológica; b) Definição de Antropoceno; c) Consolidação do conceito de Antropoceno.

a) Construção do cenário de crise ecológica

O cenário de crise ecológica é apresentado, no artigo em análise, com base em constatações que asseguram o colapso do meio ambiente. A apresentação da situação

catastrófica fundamenta-se em reflexões, principalmente, sobre a queima de combustíveis e a concentração de gases; o aumento da temperatura global; e os processos migratórios e de extinção. No discorrer dessas temáticas, algumas características linguísticas podem ser destacadas, tais como a seleção lexical – a partir dos tempos verbais utilizados e da adjetivação – e a construção do argumento lógico matemático.

Quanto aos tempos verbais, destaca-se o uso do futuro do presente, tendo como efeito discursivo a predição, conforme o exemplo 3.

Exemplo 3 – Predição

Um aumento maior na temperatura do Planeta *acarretará* danos consideráveis à economia mundial. As populações mais pobres *serão* as mais afetadas, pois a intensificação dos eventos climáticos extremos, dos processos de desertificação e de perdas de áreas agricultáveis *levará* à escassez de alimentos.

Fonte: Vieira (2016)

Subjaz à escolha do tempo futuro dos verbos *acarretará*, *serão* e *levará* a necessidade de emprestar valor de verdade a acontecimentos que ainda não aconteceram. Tal utilização implica certeza acerca dos fatos antecipados. Assim como afirma Travaglia (1991, p. 60), “a predição, enquanto tipo de discurso, é uma antecipação pelo dizer de situações cuja realização terá ocorrência posterior ao tempo da enunciação, sendo, pois, uma previsão, um anúncio antecipado”. Com essa construção, Vieira (2016) apresenta como certa a escassez de alimentos e os danos à economia, causando, possivelmente, um efeito de que são necessárias medidas urgentes para que essas previsões não se consolidem.

Outra estratégia de apresentar o cenário de crise e preparar o leitor para o desenvolvimento do conceito de Antropoceno e para a defesa de que já estaríamos nesse período, é o processo de adjetivação. Expressões valorativas são encontradas em todo o texto, mas, no início do artigo de Vieira (2016), fica mais evidente seu valor argumentativo, no sentido de enfatizar a possibilidade de colapso ambiental. Neves (2000, p. 183) agrupa os adjetivos em qualificadores e classificadores, e chama a atenção para situações em que “o adjetivo tem função na estrutura argumental do nome com o

qual ocorre”. Nesse sentido, identificamos alguns usos de expressões de valor adjetivacional que indicam asseveração por meio da avaliação, ou seja, essas expressões exprimem propriedades que definem o substantivo conforme as ideologias do autor do artigo em análise.

Exemplo 4 – Adjetivo na função argumental

Segundo os cientistas do IPCC, as mudanças climáticas trariam impactos *graves, extensos e irreversíveis* se não forem “controladas” [...] Desde a Conferência RIO-92, porém, a ação dos “céticos do clima”, muitos deles ligados ao *poderoso* lobby da indústria do petróleo, conseguiu barrar os avanços que seriam necessários para evitar a situação *alarmante* que nos encontramos hoje.

Fonte: Vieira (2016)

Os adjetivos *graves, extensos e irreversíveis*, que acompanham o substantivo *impacto*, intensificam de forma gradativa a possível força que as mudanças climáticas trariam, chamando a atenção para a necessidade do controle. Esse controle é, de certa forma, desenvolvido no final do texto, quando o autor lança opções para impedir o futuro catastrófico anunciado. Na sequência, encontramos um embate entre os sintagmas *poderoso lobby* e *situação alarmante*, que ilustra não só a avaliação do autor, Liszt Vieira, mas também das ordens de discurso das quais ele recebe influência. As qualificações de *impactos* e *situação* expressam o valor semântico de adjetivação epistêmica (NEVES, 2000), ou seja, exprimem o conhecimento do autor, o qual, com base em seu entendimento e em sua opinião, empresta valor de verdade aos fatos.

Ainda tratando do cenário de crise ecológica, encontramos o raciocínio lógico-matemático sendo usado estrategicamente para apresentar a condição de crise em que o meio ambiente se encontra.

Exemplo 5 – Raciocínio lógico-matemático

A cada hora, 9 mil pessoas se somam à população mundial, 1.700 toneladas de nitrogênio são lançadas na atmosfera e 4 milhões de toneladas de CO₂ são emitidas – sendo que 50% delas são absorvidas pela vegetação e também pelos oceanos, que estão cada vez mais ácidos, prejudicando a vida marinha. Neste mesmo intervalo de tempo, 1.500 hectares de florestas são derrubados no mundo – comprometendo a absorção de carbono, que começa a se concentrar ainda mais nos oceanos e na atmosfera,

aumentando o Efeito Estufa – e três espécies entram em extinção – velocidade 1.000 vezes maior do que o processo natural.

Fonte: Vieira (2016)

Conforme Cavalcanti (2013, p. 219),

O uso do raciocínio lógico-matemático é muito comum no discurso ambiental, pois empresta o valor de cientificidade ao discurso. Os dados são valorizados principalmente porque indicam certeza traduzida em números em relações de porcentagem, proporção e divisão.

No recorte do artigo *Antropoceno: uma nova era*, vemos a comparação entre aumento populacional e ampliação da poluição, na sequência, o autor usa a porcentagem para mostrar que a vegetação e os oceanos absorvem os gases poluentes. Seguindo a linha de raciocínio, ele apresenta, em números, as derrubadas de florestas, ou seja, mais um elemento que dificulta a absorção de carbono e finaliza com as consequências alarmantes, também apresentadas em números.

Essa estratégia argumentativa é bastante persuasiva porque os números estão fortemente ligados à legitimação da informação científica, já que indicam dados, os quais não são vistos apenas como ponto de vista de quem observa o acontecimento, mas como fatos empiricamente comprovados.

b) Definição de Antropoceno

Após a parte introdutória do artigo *Antropoceno: uma nova era*, em que o estado alarmante de calamidade ambiental é mostrado, Vieira (2016) trata de apresentar o referente *Antropoceno*, conceituando-o e defendendo a existência da nova época. Tomamos como base teórica para analisar os recursos linguísticos utilizados para tal conceituação as reflexões sobre referenciação (MARCUSCHI, 2007; KOCH e ELIAS, 2009), pois são modos de análise que se alinham à ACD. Partimos da ideia de que “os objetos construídos na língua são objetos-de-discurso” (MARCUSCHI, 2007, p. 18), ou seja, não refratam diretamente o mundo real, mas são construídos no interior do discurso. Sendo assim, a referenciação se relaciona a aspectos sociais, históricos e

cognitivos. Conforme Koch e Elias (2009, p. 124), “o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição e procede a escolhas significativas para representar estado de coisas, de modo condizente com sua proposta de sentido”. Tais escolhas linguísticas se relacionam às categorias seleção lexical, sintaxe e coesão da dimensão textual do quadro tridimensional.

Então, a partir desse pensamento, entendemos *Antropoceno* como objeto de discurso e passamos a verificar como ocorrem as estratégias de introdução e retomada do referente. No exemplo 6, mostraremos como *Antropoceno* é introduzido no artigo em análise e como ocorrem as referências ao termo.

Exemplo 6 – Referenciação

| |
|---|
| Introdução do referente |
| Segundo Paul Crutzen – Prêmio Nobel de Química 1995 – já entramos em <i>uma nova era geológica</i> , o <i>Antropoceno</i> [...] |
| Manutenção do referente |
| <i>em que</i> o homem começa a destruir suas condições de existência no Planeta. <i>Um novo período</i> , o <i>Antropoceno</i> , vem emergindo desde a Revolução Industrial e <i>seu</i> traço característico é a centralidade das ações humanas sobre as mudanças ambientais globais. |

Fonte: Vieira (2016)

Na primeira menção à palavra *Antropoceno*, o autor do artigo atribui a criação do termo a Paul Crutzen, e o caracteriza como *nova era geológica*. A função do recurso linguístico nesse trecho é apresentar uma definição para o termo que ainda não havia aparecido no texto e que é seu referente principal. No sintagma nominal *nova era geológica*, destacamos o adjetivo *nova*, o qual é recorrentemente utilizado para classificar Antropoceno, o diferenciando do *antigo* Holoceno. Afirmar que uma era geológica é nova é constatar sua existência em detrimento à outra que existia antes. Destacamos também a expressão temporal *já*, em *já entramos*, o que indica uma ação concluída e concreta. Nesse momento de apresentação do referente, Vieira (2016) não se compromete sozinho, mas dá voz ao químico Crutzen e acrescenta o aposto explicativo de Prêmio Nobel, cujo efeito é aumentar a credibilidade do referente Antropoceno.

No decorrer do artigo, a manutenção do referente ou retomada ocorre prioritariamente pela repetição do termo *Antropoceno*, que aparece nove vezes no texto, excetuando-se o título. Essa repetição evidencia a necessidade de reforçar a existência do Antropoceno como conceito, embora ainda não tenha sido oficializado enquanto época geológica pelos órgãos responsáveis. De acordo com Koch e Elias (2009, p.125), “a retomada é a operação responsável pela manutenção em foco [...] de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, que são responsáveis pela progressão referencial do texto”. Então, o foco no referente *Antropoceno* é dado, além da repetição do termo, por meio de expressões nominais, como *um novo período*, *uma nova era geológica* ou *essa era*. Ressaltamos a importância de *novo/nova* para a construção do conceito, mas palavras como *era* e *período* são usados como núcleos do sintagma porque fazem parte da própria constituição do objeto de discurso, ou seja, o Antropoceno, conforme os autores, é a atual idade geológica da Terra.

Ainda no exemplo 6, destacamos a retomada pelos pronomes *em que* e *seu*, o que permite o acréscimo de informações sobre o referente: primeiro que “o homem começa a destruir suas condições de existência no Planeta” (Vieira, 2016) e, depois, que o traço característico do Antropoceno é “a centralidade das ações humanas sobre as mudanças ambientais globais” (Vieira, 2016). Assim, características e informações vão sendo acrescentadas, de forma que o conceito de Antropoceno possa ser explicado para os leitores.

c) Consolidação do conceito de Antropoceno

A organização da análise do evento discursivo que compõe o *corpus* deste trabalho segue a própria organização dos artigos. Então, nesse momento da análise, verificaremos como os autores, depois de apresentarem o cenário de crise ecológica e de definirem o termo ainda desconhecido pelo público em geral, constroem redes de significado em torno do conceito para legitimá-lo.

A principal estratégia de legitimação encontrada foi a citação de estudos científicos e de relatórios climáticos. Esse recurso é bastante comum em discursos do

domínio do jornalismo científico, pois os autores buscam fontes que são referência no assunto desenvolvido para respaldar a condução argumentativa dada ao artigo de opinião.

Fairclough (2008) define essa prática como intertextualidade, conceito desenvolvido por diferentes teorias e abordagens linguísticas e que, para o autor britânico, deve ser compreendida como “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (p. 114). Em seu estudo, o autor parte das reflexões de Bakhtin (2006) e Kristeva (1976), cita os estudos de alguns analistas do discurso de linha francesa e, dialogando com os trabalhos já desenvolvidos, afirma que as diversas vozes que compõem todos os discursos podem ser compreendidas como interdiscursos ou como intertextos.

Interdiscursividade é um termo usado por Fairclough (2008) para indicar as vozes que permeiam os discursos e que são naturais a todos eles, pois são resultado de discursos anteriores, das ordens do discurso. Intertextualidade é, para o autor, a manifestação explícita de discursos que compõem outros discursos. Essa heterogeneidade explícita é particularmente importante enquanto categoria de análise da ACD porque permite ao pesquisador refletir sobre o uso que se faz do discurso reportado e a partir de quais recursos linguísticos isso é feito.

Em *Antropoceno: uma nova era*, Vieira (2016) fez uso especialmente de dois artigos científicos específicos como base: 1. *O sistema internacional no Antropoceno: o imperativo da governança global e de um novo paradigma geopolítico*, de Larissa Basso e Eduardo Viola; 2. *O Antropoceno: os humanos estão prestes a fazer submergir as grandes forças da natureza?* de Paul Crutzen, Will Steffen e John McNeill. Os dois artigos são importantes para a composição do texto, e o autor os utiliza de modo a emprestar base científica ao conceito que está desenvolvendo. O segundo artigo, no entanto, está presente durante maior parte do desenvolvimento de *Antropoceno: uma nova era*, especificamente quando o autor explica e defende as divisões de fases do Antropoceno. Vejamos o exemplo 8:

Exemplo 8 – Intertextualidade

| |
|---|
| Introdução da fonte |
| [...] na revista <i>Ambio</i> da Real Academia de Ciências da Suécia, Paul Crutzen detalhou os impactos que marcam a entrada no antropoceno. Com Will Steffen, especialista em problemas ambientais da Universidade Nacional de Canberra, Austrália, e John McNeill, professor de história na School of Foreign Service em Washington, ele publicou um artigo intitulado “O antropoceno: os humanos estão prestes a fazer submergir as grandes forças da natureza?” |
| Manutenção da fonte |
| (1) <i>Paul Crutzen detalhou</i> os impactos que marcam a entrada no Antropoceno [...] |
| (2) a espécie humana, transformada numa “força geofísica planetária”, [...] |
| (3) <i>De acordo com ele</i> , essa era se iniciou por volta de 1800, com a chegada da sociedade industrial [...] |
| (4) “A grande aceleração se encontra em estado crítico”, <i>afirmaram Crutzen, Steffen e McNeill no artigo citado</i> , porque 60% dos serviços fornecidos pelos ecossistemas terrestres já enfrentam degradação. [...] |

Fonte: Vieira (2016)

Na introdução da fonte de referência, notamos o cuidado de Vieira (2016) em informar o nome da revista em que as informações citadas foram publicadas, a universidade à qual a revista está filiada, além de detalhar a especialidade de cada autor. Esse detalhamento é necessário para que a informação citada a partir da fonte seja legitimada. Constata-se, portanto, a preocupação de Vieira (2016) em emprestar credibilidade ao que ele afirma e defende.

Para Fairclough (2008, p. 135), a intertextualidade “precisa ser combinada com uma teoria de relações de poder e de como elas moldam (e são moldadas por) estruturas e práticas sociais”. Ao citar três cientistas: um químico, um especialista em problemas ambientais e um professor de história; todos doutores de universidades importantes, Vieira (2016) recorre a autoridades no assunto, que possuem maior poder do que ele para tratar das fases do Antropoceno. Notamos que esse poder faz parte da estrutura social, a qual é responsável por emprestar valor de verdade a cientistas que pesquisam e desenvolvem experimentos em universidades renomadas.

Conforme Ramalho e Resende, (2006, p. 71), “um mesmo texto pode envolver diferentes discursos, e a articulação da diferença entre eles pode realizar-se de muitas maneiras, variando entre a cooperação e a competição”. O intertexto apresentado no exemplo 8 integra *Antropoceno: uma nova era* de forma cooperativa, o que se evidencia

pelo uso dos seguintes recursos linguísticos: verbos *dicendidetalhou* (1) e *afirmaram* (4); de expressão de conformidade + pronome *de acordo com ele* (3); uso de aspas (2) e (4). As informações são apresentadas de modo a confirmar o que o autor do Artigo A defende.

No exemplo exibido a seguir, ilustraremos como um intertexto pode ser citado sem ser apresentado como protagonista. Vejamos:

Exemplo 9 – Intertextualidade

Outros caminhos podem surgir. *Do lado otimista, há quem afirme que*, em 15 anos, não haverá mais produção de carros movidos a combustível. Todos os novos carros seriam elétricos. O custo para recarregar baterias seria 80% mais barato do que os atuais combustíveis fósseis. O preço barato do petróleo, a continuar, inviabilizaria investimentos na produção via pré-sal ou gás de xisto. A Europa, os EUA e a China já fazem grandes investimentos na pesquisa e produção de energia alternativa, principalmente solar.

Fonte: Vieira (2016)

Enquanto, no exemplo 8, Vieira (2016) destacou informações sobre a fonte citada – tais como nomes dos autores e de suas especialidades, de universidades e do suporte de divulgação – no exemplo 9, toda a referência que temos é *há quem afirme que*. De acordo com Ramalho e Resende (2006; 2011), quando a articulação entre textos citados se dá de maneira competitiva, um discurso é posto como protagonista e outros como antagonistas. Normalmente, o antagonista é citado para servir de contra-argumento, e permitir o desenvolvimento de uma defesa maior em torno do que se quer comprovar a partir da citação de discursos cooperativos.

O trecho que o exemplo 9 ilustra é escrito quando Vieira (2016) sugere opções para impedir que o colapso ambiental ocorra. O trecho descrito é a terceira opção apresentada, a qual defende o uso de geoengenharia para alterar o clima e combater o aquecimento global. O autor do artigo não se posiciona explicitamente contrário a essa opção, no entanto, não a valoriza. Sendo assim, o exemplo 9 não é antagonista aos outros interdiscursos, mas a ideia apresentada pela citação é desvalorizada. Essa desvalorização é percebida através de duas expressões específicas: *do lado otimista* e *há quem afirme que*. Em *do lado otimista*, infere-se que autor não se considera parte desse grupo, os

otimistas estão alheios a ele. Na segunda construção linguística, há o apagamento do agente. Em *há quem afirme* o verbo *haver* impessoal é utilizado ao lado do pronome indefinido *quem*.

A comparação entre os exemplos 8 e 9 é importante para percebermos que os intertextos podem ser recontextualizados. As citações do exemplo 8 foram referenciadas, destacadas e retomadas ao longo do artigo. Já as ideias do exemplo 9 nos parecem terem sido apresentadas apenas para constar enquanto uma solução existente, mas não legitimada pelo autor do Artigo A. Podemos observar, por exemplo, que sequer foi dada voz aos que defendem o uso da geoengenharia, uma vez que não há referência a pesquisadores nem uso de discurso direto. Essas escolhas são realizadas conforme o sentido que o autor pretende dar ao seu artigo, são formas de materialização ideológica. O autor não acredita que a geoengenharia seja uma solução para o problema do colapso ambiental, o que se traduz linguisticamente em escolhas que valorizam algumas ideias e outras não.

Há outros aspectos que poderiam ter sido explorados nesta análise, mas acreditamos que os acima desenvolvidos tenham ilustrado como o conceito de Antropoceno foi construído no artigo *Antropoceno: uma nova era* (VIEIRA, 2016). A próxima seção, as tradicionais considerações finais, envolverá ponderações acerca das possíveis maneiras de superar os obstáculos e uma reflexão não só sobre a análise, mas sobre a conjuntura na qual toda a discussão apresentada se insere.

4. Considerações finais

Antropoceno: uma nova era (VIEIRA, 2016) é uma amostra de um *corpus* mais amplo, composto por 20 textos, como explicamos no início deste artigo. Esse texto, que é um evento discursivo situado historicamente e orientado por ordens do discurso midiático, ambiental e científico, foi escolhido para demonstrar como a noção de Antropoceno tem sido construída por autores que defendem tal ideia.

Ramalho e Resende (2006, p. 70) afirmam que os discursos “projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares”. O texto de Vieira (2016), assim como os demais artigos de opinião que compõem nosso *corpus* ampliado, constituem uma perspectiva particular que se dedica a um projeto de mudança. Quando explicamos os obstáculos a serem superados, no início das análises, verificamos que o grande problema não é aceitar que estamos em uma nova época geológica, mas admitir que o atual modelo de sociedade mercantilista poderá nos levar à extinção. Então, entender a relevância de discutir e admitir a descontinuidade ambiental que vivemos como uma verdade científica envolve admitir que é necessário repensar estruturas sociais estabelecidas e consolidadas.

Acreditamos que, para superar o obstáculo acima descrito, é necessário fundamentar cada vez mais o debate sobre épocas geológicas, destacando quanto a humanidade pode alterar o meio ambiente e dimensionando as consequências de tais mudanças para o planeta.

Após a conclusão da análise, podemos refletir sobre ela destacando a relação constitutiva entre sociedade e discurso, lembrando que o discurso é construído socialmente e, ao mesmo tempo, constitui a sociedade. A partir disso, acreditamos que a noção de Antropoceno deva ser progressivamente desenvolvida para que se consolide, ganhando força. Quando um conceito recebe aceitação e é replicado, pode se consolidar como uma contra-hegemonia, sendo capaz de problematizar as convenções e incorrer em ameaça à hegemonia capitalista de mercado.

Por fim, ressaltamos que a principal causa que move esta pesquisa é o fato de que a relação perceptual do mundo em que vivemos se dá via discurso. É principalmente através da divulgação de informações ambientais e científicas que a sociedade percebe situações, partilha crenças e cria fatos sociais. Então, para que uma nova época geológica seja um fato, são necessárias constatações científicas. No entanto, é a discursivização de conceitos, como Antropoceno ou Capitaloceno, que transformará fatos naturais em fatos sociais, pois a maneira de compreender os fatos dá-se na interação pela linguagem, e essa interação discursiva tem o poder de mudar práticas sociais.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- Barcelos, E. Á. da S. Antropoceno ou capitaloceno. *Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica*, Barcelona, v. 31, p. 1-17, 2019.
- BAZERMAN, C. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. Tradução Judith Chambliss Hoffnagel. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAVALCANTI, M.C.C. Campanha de conscientização ambiental: prática discursiva e social na modernidade tardia. Orientadora: Angela Paiva Dionísio. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 266. 2013.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CORAZZA, R. I.; SOUZA, M. C. O. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 42, p. 52-80, dez. 2017.
- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 3, p. 23, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- _____; MULDERRIG, J.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: DIJK, T.A. V. (Org.), *Discourse studies: a multidisciplinary introduction*. Londres: SAGE, 2011. p. 357-378.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- INTERACTIVE INTERNATIONAL CHRONOSTRATIGRAPHIC CHART. International Commission on Stratigraphy, [S. l.]. Disponível em: <https://stratigraphy.org/timescale/>. Acesso em: 03 maio 2020.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

- KRISTEVA, J. *Le texteduroman*. Paris: The Hague, Mouton, 1976.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Adoção do acordo paris. Paris, 11 dez. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- RAMALHO, V; _____. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.
- _____. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SMART, G. Discoursecoalitions, science blogs, andthepublic debate over global climatechange. In: BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. (Orgs.) *Genre and the Performance of Publics*. Colorado: The University Press of Colorado, 2016. p. 157-177.
- TRAVAGLIA, L. C. Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil. Orientadora: IngedoreGrunfeldVillaça Koch. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 470. 1991.
- TORRES, S. O antropoceno e a antropo-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. *Revista Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 70, n. 2, p. 93-105, 2017.
- VIEIRA, L. Antropoceno: uma nova era. *Revista Eco* 21, Rio de Janeiro, ed. 240, nov. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563388-antropoceno-uma-nova-era>. Acesso em: 09 abr. 2020.

Recebido em 14/01/2021.

Aprovado em 18/06/2021.